

A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares

João Roberto Martins Filho
Universidade Federal de São Carlos, Brasil
Pesquisador da Fapesp e do CNPq

Texto preparado para o congresso da Associação de Estudos Latino-americanos, Dallas,
Texas, 27-29 de março de 2003

A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares^(*)

João Roberto Martins Filho
Universidade Federal de São Carlos, Brasil
Pesquisador da Fapesp e do CNPq

À Tânia

Uma revisão dos depoimentos de militantes e militares sobre os tempos mais sombrios da ditadura brasileira do pós-64 revela, já de início, uma diferença básica: os ex-militantes se esforçam por manter viva a memória dos anos 60 e 70; a maior parte dos oficiais ouvidos sobre o assunto gostaria que se baixasse sobre certos aspectos desse período o manto do esquecimento. De certa forma - pelo menos, na primeira onda de memórias revolucionárias - a esquerda procurou continuar nas páginas dos livros a luta contra a ditadura. “Narrar é resistir”, diz a epígrafe de Guimarães Rosa citada no livro de Fernando Gabeira ([1979], 2001). “A única solução é não esquecer” concluiria, já em outro contexto, Flávio Tavares (1999:13).¹ Em contraste, quando instados a falar, os oficiais das Forças Armadas, principalmente os que têm ou tiveram responsabilidades institucionais, insistem na necessidade de “virar a página” da história e pensar no futuro - em prol da concórdia nacional e do bom nome de suas corporações. Dessa maneira, os narradores de esquerda parecem na obrigação de contar e recontar os acontecimentos que cercaram a resistência derrotada. Suas narrativas são corroboradas pelas obras de historiadores e jornalistas. Do lado dos militares não se comemora a vitória. Ao cotejar a memória militar e a memória militante - na forma como foram construídas a partir do momento em que vieram à luz os primeiros depoimentos dos sobreviventes dos anos de chumbo - este artigo procura juntar dois temas em geral tratados de forma separada. Como pesquisador tanto dos movimentos de esquerda como da política militar no Brasil, faço um esforço aqui para sintetizar leituras e pesquisas que cobrem já vinte e cinco anos. Justamente o tempo da guerra da memória.

^(*) Este texto deve muito ao diálogo que mantive com meus alunos que assistiram a disciplina dedicada ao tema, no segundo semestre de 2002, no Curso de Graduação em Ciências Sociais da UFSCar. Na sua origem, porém, a idéia surgiu de um convite de meu amigo James Green, para participar de uma das mesas-redondas que ele organizou para o XXIV Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos (Dallas, TX, 27 a 29 de março de 2003), para lembrar os 40 anos do golpe de 1964. Minha tarefa foi muito facilitada pelo apoio técnico da socióloga Ana Virgínia Moreira Amaral no Arquivo Ana Lagôa, do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar. A CAPES forneceu o apoio financeiro para a viagem a Dallas.

¹ Na dialética da memória e do esquecimento, é preciso reter também que a prisão e a tortura obrigam o militante a fazer um intenso esforço de guardar segredos e não “abrir” informações. Na expressão de Fernando Gabeira, “os primeiros meses da prisão foram todos gastos na tentativa de esquecer” ([1979] 2001, 142).

Os militares e a vingança da memória

“Vencidos pelas armas, os comunistas hoje são todos heróis”.
Jarbas Passarinho, em *O Estado de S. Paulo*, 3-12-2002.

“E eles, hoje, estão aí sendo idolatrados como heróis,
como patriotas, como líderes, como salvadores”
(Giordani, 1986: 100).

Na visão unânime dos militares, uma vez derrotada, a esquerda esforçou-se por vencer, na batalha das letras, aquilo que perdeu no embate das armas. Tal atitude foi desde o início caracterizada pelo lado castrense como revanchista e inoportuna. Mas, em geral, o argumento que unifica a crítica militar às tentativas da esquerda de construir uma narrativa própria sobre os acontecimentos de 1968-1975 adquire um caráter um pouco mais formal. Segundo essa perspectiva, depois da Lei da Anistia de 1979, qualquer esforço de trazer à lembrança o que efetivamente ocorreu na breve e brutal repressão aos grupos da esquerda brasileira (não apenas armada, vale registrar) representaria uma violação ao próprio princípio da Anistia. Conforme essa ótica, anistiar é zerar as contas e, portanto, esquecer. Esse ponto de vista aparece com bastante frequência nos textos e depoimentos de militares das três forças. O general Oswaldo Muniz Oliva, por exemplo, denuncia em livro recém-publicado o que chama de narradores de “mão única”,² que cuidam “apenas de explorar, constante e ciclicamente, temas sobre mortos, desaparecidos, torturas etc”. Conforme o general, para esses autores “a ‘anistia ampla geral e irrestrita’ só vale para os seus. Não perdem oportunidade para negar a paz – grande objetivo da lei – e o silêncio sobre o passado, que tanto os beneficiou”. E continua, “alguns se especializaram em escrever novelas ou filmes com textos aparentemente históricos, mas com conteúdos que valorizam alguns de seus ‘heróis’, subvertendo a verdade”. Dessa maneira, “todos os radicais violentos que pretendiam, pelas armas, implantar o comunismo (com dinheiro estrangeiro ou roubado) – padrão Fidel Castro – em nossa terra são travestidos em heróicos defensores da democracia” (Oliva, 2002: 101).

Já na expressão de um protagonista-chave do regime militar, que continuou a desempenhar importante papel na política nacional depois do fim do período e escreveu ele próprio um alentado livro de memórias,³ “os vencedores pelas armas não pregavam o perdão, que pressupõe arrependimento, mas o esquecimento mútuo, fundamental para a reconciliação, esquecendo as paixões. Ledo engano. Só os vitoriosos esqueceram” (Passarinho, 2001). Em outro artigo, em que lamentava a parcialidade dos relatos sobre o contexto que cercou a edição do Ato Institucional número 5, Jarbas Passarinho (1998) voltava a um tema sobre o qual tem escrito de forma recorrente: “há esquerdistas sobreviventes dos tempos da luta armada ou seus descendentes vomitando o ódio da derrota e cultivando o revanchismo, rejeitando a anistia que pressupõe esquecimento recíproco”.

Esses rápidos exemplos apontam também para um outro tema. Como bem lembram os dois autores citados, a memória da esquerda não se construiu apenas com recordações militantes. A estas se juntaram obras de perfil mais historiográfico, ainda que escritas por ex-militantes, teses acadêmicas, reportagens, peças de teatro, listas de torturadores, filmes,

² Na sua visão, os outros dois grupos críticos são o “que esquece ou minimiza o quanto de certo foi feito” e o que “não nega o que se fez de positivo”, mas “ao abordar o período, cita, tão-somente, Castello Branco e Geisel. Raramente falam sobre Costa e Silva e Médici” (Oliva, 2002: 101-102).

³ Jarbas Passarinho, *Um híbrido fértil*, Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1996.

mini séries e especiais de televisão, entrevistas, levantamentos efetuados por organizações de familiares de mortos e desaparecidos e, finalmente, um sofisticado projeto de recuperação da memória sobre a tortura que gerou dois livros com o título *Brasil Nunca Mais*.⁴

Contudo, a crítica ao rompimento do contrato que supostamente vinculou anistia e esquecimento não aparece apenas em depoimentos dos oficiais que já tinham chegado a postos importantes nos anos 60 e 70. Ela permanece como elemento constante do discurso militar atual e vem à luz também na palavra de uma segunda geração de oficiais, que chegou aos cargos mais altos da carreira nos anos 80 e 90. É este o caso do ministro da Marinha no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), Mário César Rodrigues Pereira. Em depoimento concedido aos pesquisadores Celso Castro e Maria Celina D'Araújo (2001: 282), o almirante Mauro defende que “a solução da anistia” foi uma “forma de resolver aquilo que pelos caminhos normais não se resolveria. Uma vez feita, tem que ser respeitada”. E pergunta: “Se quer apurar, por que apurar só um pedaço? Por que não apura tudo?”, para responder, em seguida: “Foi o que eu disse: ‘A reação pode ter sido exagerada, suja, mas foi uma consequência’. Se houvesse como apurar todas as responsabilidades, seria melhor que a anistia. Mas, evidentemente, não havia condições de fazer isso. Então, a anistia foi a solução. Tomou-se a decisão, acabou”. Lembrado pelos entrevistadores de que há feridas não cicatrizadas, como a dos desaparecidos, ele continua: “Que são feridas, são. Mas houve feridas para todo canto. Um lado tem que calar a boca e ficar quieto. O outro lado tem o direito de ficar a vida inteira dizendo que tem ferida e que tem que dar um jeito de curá-la? Não. Tem que calar a boca também e ficar quieto” (Castro e D'Araújo, 2001: 283). A mesma intenção vem à tona no testemunho de outro ministro militar do governo Cardoso. Para o brigadeiro Mauro José Miranda Gandra, o “processo de anistia” teve como finalidade virar uma página da história (que ele considera “se não negra, pelo menos cinza”). A anistia teria o objetivo de trazer a “cicatrização” das feridas do período autoritário (Castro e D'Araújo, 2001, 305). E conclui: “a Nação tinha que, não de maneira literária, virar a página. Tinha que virar, efetivamente, essa página” (Idem: 308).

Apesar das expectativas desse tipo, o certo é que a guerra da memória se constituiu justamente num intenso intercâmbio de versões sobre os aspectos mais polêmicos da ditadura do pós-64. E essa própria guerra já tem uma história. Na medida em que os militantes não se calam, os militares também saíram à luz para expor sua visão dos acontecimentos e/ou para defender sua atuação pessoal naquela fase. Nesse sentido, a mais breve observação do material disponível mostra que os protagonistas militares também não se resignaram ao silêncio. Inúmeros oficiais vieram a campo para fazer seus depoimentos e a memória militar conta mesmo com seus *best-sellers*: o depoimento do ex-presidente Ernesto Geisel, publicado pela editora da Fundação Getúlio Vargas (D'Araújo et alii, 1997) vendeu milhares de exemplares e teve grande repercussão na imprensa.⁵

Em vista disso, um exame mais pormenorizado das várias fases e frentes da guerra da memória demandaria um livro, mais que um artigo. Aqui, o foco recairá sobre um conjunto de textos e testemunhos de militantes e militares. Fica para outra ocasião a abordagem do tema em suas variadas expressões. Nesse sentido, nossa análise procurará

⁴ Além da obra mais conhecida, homônima do projeto (Arns, 1985), ver D. Paulo Evaristo Arns, *Perfil dos atingidos - projeto Brasil: nunca mais*, Petrópolis, Vozes, 1988.

⁵ É verdade que nenhum diretor de televisão ou de cinema aventurou-se até aqui a realizar uma obra de ficção baseada na versão castrense da história da ditadura.

reconstruir a origem, dinâmica e evolução da luta pela memória. Como, do ponto de vista cronológico, a narrativa militar foi construída como resposta à onda inicial de textos da esquerda, é necessário, antes de tudo, examinar as características desse ciclo de memórias e relatos militantes⁶ A primeira campanha começou no ano de 1977. Foi então que veio à tona, para ser proibido em seguida, o livro de Renato Tapajós, *Em câmara lenta*. As batalhas finais, deram-se com a publicação de *Brasil nunca mais* (1985), sob a responsabilidade do Cardeal Paulo Evaristo Arns e, dois anos depois, de *Combate nas trevas*, a detalhada história da luta armada de autoria de Jacob Gorender, ex-dirigente do PCBr, ([1987] quinta edição revista e ampliada, 1998).⁷

Lançado em agosto de 1977 num ato de ousadia da editora paulista Alfa-Omega, *Em câmara lenta* serviu para testar os limites da distensão patrocinada pelo presidente Ernesto Geisel. A resposta do governo veio rapidamente: a obra foi proibida e o autor levado à prisão. Os novos tempos, porém, logo se refletiram na sua rápida libertação, por ordem da Auditoria Militar de São Paulo.⁸ Em abril de 1979, o livro foi finalmente permitido e está atualmente na segunda edição.⁹ Já outros dois textos dessa primeira fase se constituíram em surpreendentes e inesperados fenômenos editoriais, exemplos destacados de sucesso da indústria cultural amplamente incentivada, no Brasil, pelas políticas do governo militar.

O que é isso, companheiro?, de Fernando Gabeira, é o relato de um personagem secundário no seqüestro do embaixador norte-americano que - a partir de sua revelação como escritor - se transformou em figura pública com grande exposição na *mídia*, abrindo espaço para sua carreira posterior de parlamentar ambientalista. Publicado em 1979, o livro vendeu de imediato dezenas de milhares de exemplares, atingindo atualmente mais de 250 mil, em duas edições e mais de cinqüenta tiragens. Teve novo ciclo de vendas após sua adaptação para o cinema, em maio de 1997. Foi um dos maiores fenômenos editoriais brasileiros.¹⁰ Já o principal resultado do projeto *Brasil Nunca Mais* está presentemente esgotado, depois de 38 tiragens. A memória militante sobre a ditadura militar ganhava, assim, um público significativo, para um país de relativamente poucos leitores.

⁶ Uma exceção interessante, em termos de memória militar, foi a entrevista realizada por Ana Lagôa e Henrique Lago com o ex-chefe do Centro de Informações do Exército, general Adir Fiúza de Castro e publicada na *Folha de S.Paulo* ainda em 28 de janeiro de 1979. Ana Lagôa, que doou seu arquivo pessoal à Universidade Federal de São Carlos, considera esta entrevista como o ponto culminante de sua trajetória de setorista da área militar, em Brasília, nos anos setenta. Entrevista ao autor, novembro de 2002.

⁷ No livro de Gorender, os capítulos “A violência do opressor” e “A violência do oprimido” registram uma tentativa de enfrentar, de um ponto de vista marxista, a questão ética dos métodos de luta da esquerda, lado a lado com a dos órgãos de repressão. A inclusão de BNM na vertente militante não parece fora de propósito, na medida em que o projeto tinha o claro objetivo de resgatar a história da ditadura sob a perspectiva da defesa dos direitos humanos.

⁸ Ver “Advogado requer a soltura de Tapajós”, *Folha de S.Paulo*, 19-8-1977; “Procurador quer Tapajós em liberdade”, *Folha de S.Paulo*, 23-8-1977 e “Tapajós solto por ordem da 3.a Auditoria”, *Folha de S.Paulo*, 24-8-1977.

⁹ Cf. “A tortura liberada em câmara lenta”, *Movimento*, 1-4-1979.

¹⁰ Para uma análise que capta as várias dimensões do fenômeno Gabeira, ver Tânia Pellegrini (1996), *Gavetas Vazias, literatura e política nos anos 70*. Um conjunto de textos escritos por ocasião do lançamento do filme de Bruno Barreto, pode ser encontrado em Vários Autores (1997), *Versões e ficções. O seqüestro da história*.

A memória dos sobreviventes

Os livros de Renato Tapajós e Fernando Gabeira são talvez os exemplos mais significativos do primeiro avanço da esquerda na guerra da memória.¹¹ Suas narrativas foram concebidas, segundo suas próprias palavras, com o objetivo duplo de, por um lado, contar de forma autocrítica a trajetória pessoal dos autores na luta armada e, por outro, de trazer à luz um retrato da guerra suja. No caso de Gabeira, havia o atrativo extra de revelar os bastidores do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, ocorrido dez anos antes, no Rio de Janeiro. Assim, tratam-se de duas tentativas de retomada de uma história recente que, a partir de 1968, jogou esses autores no vórtice de um furacão. Ambas as narrativas podem ser vistas como relatos mais ou menos atônitos de sobreviventes de um desastre. Como escreve Gabeira,

“Os participantes da ação se dispersaram a partir da noite de domingo. Dois morreram: Toledo, sob torturas em São Paulo; Jonas, o comandante militar da ação, massacrado a pontapés pela equipe do capitão Albernaz, na Operação Bandeirantes. Alguns foram presos e liberados, depois de cumprirem a pena, outros foram liberados, por seqüestro, e vivem em lugares diferentes, no exílio. Alguns fugiram, e finalmente, um de nós enlouqueceu e perambula pelas ruas de Paris de barba e cabelo grande. Sobrevivi. E pensei que talvez fosse interessante contar a história” (Gabeira, [1979], 2001: 139-140).

Já na expressão de Renato Tapajós: “Havia muita gente há apenas três anos e hoje o que há é um monte de mortos, uma multidão de exilados no exterior e algumas solidões tentando continuar” (p. 49).

Não por acaso, os dois textos foram adaptados para a narrativa visual (Tapajós era já em 1968 um premiado autor de curtas-metragens). *O que é isso, companheiro?* virou filme de sucesso, indicado para o *Oscar* de melhor película estrangeira e *Em câmara lenta* – cujo nome já diz tudo – tornou-se uma das fontes inspiradoras do roteiro da mini-série *Anos rebeldes*, que foi ao ar em julho de 1992, a tempo de alimentar a rebeldia juvenil que se expressou na campanha pelo *impeachment* de Fernando Collor.¹²

O tom das narrativas é, no entanto, bastante diverso. Renato Tapajós escreveu um texto sombrio, angustiado e de leitura difícil. Não há humor ou leveza em nenhum momento desse seu “romance-depoimento”. Fernando Gabeira, em contraste, contou sua rápida passagem pela esquerda armada como se lhe tivesse cabido observar as coisas de fora, opção que permitiu o tom bem-humorado do texto. Em parte, talvez, essas diferenças expliquem a desproporção na vendagem dos dois livros, mas é preciso lembrar a disposição de Gabeira em assumir o papel de fenômeno de mídia. Por fim, vale registrar que *Em câmara lenta* foi lançado em 1977, para logo em seguida ser proibido, enquanto *O que é*

¹¹ Em junho de 1976, foi publicado em Portugal o volume *A esquerda armada no Brasil, 1967/1971*, obra ganhadora, em Cuba, do Prêmio Casa de Las Américas, na categoria testemunho (Caso, 1976). Contendo relatos de numerosos militantes da esquerda armada, foi amplamente copiada em xerox no Brasil, ao mesmo tempo em que era citada por autoridades do regime como evidência dos crimes da esquerda.

¹² A outra fonte da mini-série foi o livro do atual presidente do Partido Verde, Alfredo Syrakis (1980), *Os carbonários – memórias da guerrilha perdida*, um *best-seller* que carece das qualidades literárias dos livros acima, mas que se constitui numa narrativa interessante sobre as peripécias de um estudante secundário carioca transformado em militante da esquerda armada. A obra está atualmente na 14ª tiragem. Para uma análise específica sobre *Anos rebeldes*, ver Tânia Pellegrini (1993), “Fato e ficção: os limites da imagem”.

isso, companheiro? foi uma das mais visíveis expressões dos novos tempos de liberdade de palavra pós-anistia.¹³

De nosso ponto de vista, independente da própria intenção dos autores, é impossível negar o lugar dramático central que ocupa nos dois livros o tema da tortura. Na obra de Tapajós, todos os caminhos levam ao sacrifício da personagem feminina central (inspirada na guerrilheira da ALN, Aurora Maria Nascimento Furtado¹⁴), ferida num combate com a polícia, presa, torturada e afinal assassinada com o mais terrível dos instrumentos de suplício, a chamada “coroa de cristo”. É a história de sua queda, sevícia e fim que se retoma num crescendo na obra, até o clímax terrível.

Já no testemunho de Gabeira, o tom da narrativa se modifica entre as páginas 165 e 203, onde a tortura obscurece a aventura:

“Ninguém podia prever, com exatidão, o que estava se passando nas prisões brasileiras. Todos nós, em diferentes níveis estávamos estupefatos. Por mais que nós enviássemos bilhetes da cadeia, por mais que colecionássemos histórias escabrosas, não conseguiríamos apreender aquele processo em sua complexidade, antes de vivê-lo na carne. Preparávamos álbis, escrevíamos manuais sobre o comportamento na tortura, antevíamos nossas fraquezas e qualidades, mas, no fundo, fomos surpreendidos com o que vimos no interior dos quartéis. Eram gigantescos os mecanismos montados para nos destruir. Às vezes, antes de dormir, dizia a mim mesmo que nos tratavam como prisioneiros de guerra. Mas era apenas um consolo. E daí? E se fôssemos prisioneiros de guerra vindos de outro país, de outro planeta. Uma civilização que tratava dessa forma seus prisioneiros de guerra precisaria ser repensada de alto a baixo” ([1979] 2001:197).¹⁵

O relato explora os múltiplos aspectos da experiência da tortura: o sadismo misturado à funcionalidade burocrática, a bestialidade anexada à trivialidade, as várias formas de desumanização do inimigo, a solidariedade entre os presos, o funcionamento de um aparelho de repressão que alternava suplícios e interrogatórios “científicos”. Quanto ao livro de Tapajós, como já apontamos, a morte sob tortura dá o fio narrativo fundamental.

Da leitura desses livros e de outros publicados à mesma época, a denúncia da tortura aparece como pedra angular sobre a qual se constrói a memória dos militantes sobre o período mais agudo da ditadura. Nesse sentido, o emprego sistemático das sevícias como método de interrogatório e intimidação, no interior de um sistema sofisticado de repressão, associava indelevelmente as Forças Armadas com esse capítulo triste da história brasileira. Numerosos outros livros viriam completar esse quadro. Ainda em 1977, Rodolfo Konder, jornalista que presenciara a tortura de Vladimir Herzog, o mais famoso caso de morte nas

¹³ Eu, pessoalmente, comprei o livro de Tapajós logo que saiu, no segundo semestre de 1977. Para isso, tive que percorrer um certo número de livrarias do centro de São Paulo, até encontrar um vendedor que confiou em minha aparência de estudante universitário e retirou de uma pilha que escondia sob o balcão o exemplar que adquiri. Li o livro na mesma noite. No mapa do Brasil, ele me permitiu localizar onde ficava o inferno.

¹⁴ Sua foto juvenil pode ser vista num encarte do livro de Jacob Gorender, *Combate nas Trevas* ([1987], 1998).

¹⁵ O trecho seguinte expressa bem a tentativa de Gabeira de se apresentar como um narrador não maniqueísta: “Também eu era um produto dessa civilização. O inimigo, num certo sentido, dava a dimensão de minha estatura. Se ele estava afundado na pré-história, não era possível que eu tivesse os dois pés plantados na história; ainda mais que eu não acredito numa visão tão cristalina entre o bem e o mal. Nunca mais poderia pensar em ser brasileiro sem levar em conta essa realidade. Depois da PE da Barão de Mesquita, todos nós, inocentes ou não, ficamos horrorizados com o Brasil e com o ser humano” (p.198). Aqui é interessante lembrar que provocou celeuma a caracterização de um dos torturadores do filme de Bruno Barreto, que, num dado momento, mostrava sentimentos confusos com relação à tortura. Mas uma leitura mais atenta do livro mostraria que o texto original permite efetivamente tal interpretação.

prisões, publica dois anos depois dos acontecimentos uma coletânea de contos, com o título *Cadeia para os mortos*. Por sua vez, depois de aparecer em Portugal, a obra coletiva *Memórias do exílio, Brasil, 1964/19??* (Uchôa Cavalcanti 1978), é lançada no país em setembro de 1978, trazendo em anexo um dossiê sobre a tortura que levou à loucura e ao suicídio o frei dominicano Tito de Alencar. Por sua vez, na segunda parte de suas *Memórias, 1946-1969*, o legendário comunista Gregório Bezerra (1980) descreveu em detalhe as sevícias públicas que sofreu nas ruas de Recife nos primeiros dias após o golpe. Um ano depois, em *Tirando o capuz*, o jornalista Álvaro Caldas (1981) deu à luz seu relato pessoal sobre a *via crucis* a que eram submetidos os prisioneiros daquela fase. No mesmo ano, Frei Betto contou, em *Batismo de Sangue - Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*, sua versão sobre os acontecimentos que cercaram a morte de um dos mais procurados dirigentes da esquerda armada.¹⁶

O retrato elaborado pelas memórias dos militantes contou também com o aparecimento de *Tortura. A história de repressão política no Brasil*,¹⁷ resultado de uma série de reportagens publicadas na revista *Veja* por Antonio Carlos Fon (1979). Finalmente, em 1985, com o aval da Igreja Católica e do pastor James Wright,¹⁸ a editora Vozes colocou nas livrarias uma arrasadora exposição do sistema repressivo (Arns, 1985), que incluía a análise de suas origens históricas, do aparato legislativo que permitiu a repressão e da construção do aparelho de informações, culminando com oito capítulos que examinavam os vários lados da tortura enquanto um sistema e uma política estatal: objetivos, conseqüências, marcas nas vítimas, colaboração de médicos e psiquiatras, variedade de técnicas utilizadas, estabelecimentos clandestinos e oficiais, mortes e desaparecimentos. Estava pronto o edifício da memória militante sobre o período crucial da ditadura.

A memória militar sobre a tortura

Por seu caráter de obra avalizada por figuras religiosas de reputação inquestionável, pela objetividade com que procurou expor seus argumentos e pela profusão de dados em que se fundamentou,¹⁹ *Brasil nunca mais* firmou-se como um dos principais pontos de referência para a resposta castrense à memória crítica sobre o regime militar. A primeira evidência foi o lançamento, em agosto de 1986, de uma refutação explícita com o título *Brasil Sempre*, escrita por Marco Pollo Giordani (1986), que se autodefinia como “um homem de informações, com vários anos de DOI-CODI” (p.7), embora “radicalmente contra torturas” (p.95). O livro foi publicado por uma pequena editora do Rio Grande do Sul. Já no primeiro parágrafo, Giordani define seu alvo: o “faccioso relato de um pretense grupo de especialistas, tendo à testa o arcebispo metropolitano de São Paulo – Dom Paulo Evaristo Arns e ‘outros’” (p.7).

No prefácio escrito por um major do Exército, *Brasil sempre* foi saudado como heróica tentativa de dar voz às “bases subalternas”, num momento – os primeiros tempos da Nova República - em que os chefes militares eram partidários inamovíveis do silêncio. “É

¹⁶ Seu relato sobre as torturas comandadas pelo delegado Sérgio Fleury, com requintes de crueldade como a administração de choques elétricos numa simulação de entrega da hóstia, chocou católicos e não católicos. O livro alçou o dominicano à fama literária, embora outras versões sobre o episódio específico da morte de Marighella tivessem aparecido depois. Ver Emiliano José (1997), *Carlos Marighella, o inimigo número um da ditadura*.

¹⁷ Apenas de julho a outubro, o livro alcançou quatro tiragens.

¹⁸ Até hoje não foram revelados os autores da obra.

¹⁹ Suas fontes pertencem hoje ao Arquivo de História Social Edgard Leurenroth, da Unicamp.

comum nos dias atuais – diz Giordani - se ouvir de políticos e até mesmo de autoridades militares recomendações impensadas de ‘esquecimento do passado’” (p.14). Assim, a obra expressava a indignação dos ex-componentes dos órgãos de informação com o modo como foi encaminhada a “abertura política” pelos presidentes Geisel e Figueiredo. Nesse sentido, pode ser visto como um dos poucos exemplos da voz dos oficiais envolvidos diretamente na repressão política, aqueles que puseram “as mãos na massa”.

Este primeiro exemplar da reação castrense à memória da esquerda é, no entanto, decepcionante, enquanto refutação histórica ou argumentação discursiva. Limita-se a reproduzir a versão oficial sobre o perigo comunista de 1935 a 1974, ao mesmo tempo em que tenta elaborar uma antropologia darwinista do povo brasileiro com tom surpreendentemente racista,²⁰ e reitera os já conhecidos elementos da Doutrina da Segurança Nacional e a da doutrina francesa da Guerra Revolucionária, denunciando o avanço da subversão na Igreja Católica e prometendo a volta dos militares ao poder, caso os comunistas não se emendem. Nesse sentido, pode ser visto como uma espécie de reflexo condicionado da mais pura ideologia da guerra fria.

No tema que aqui mais nos interessa, o livro nega a existência da tortura e justifica os eventuais “excessos” como um resultado lógico da lei física de que a cada ação corresponde uma reação, da lei biológica de que para cada veneno há um antídoto, ou da sabedoria popular de que quem semeia ventos colhe tempestades:

“Antes de enunciar horrores e depoimentos histéricos, caberia a um sacerdote emitir a clássica indagação: que fizeste, filho? Que praticaste contra a vida de teus semelhantes, contra a comunidade que te abriga, contra as autoridades que, justas ou injustas, são constituídas”? (p.97).²¹

De um modo ou de outro, o livro de Giordani marcou o último espasmo da primeira campanha da guerra da memória, juntamente com outro do mesmo teor – *Rompendo o silêncio. Oban/Doi-Codi, 29 Set.70-23 Ja..74* – escrito pelo coronel Brilhante Ustra (1987), tornado famoso depois do episódio de seu encontro, na embaixada do Brasil no Uruguai (onde era adido militar), com a atriz Bete Mendes, com quem antes se defrontara nas salas de tortura. Nos anos seguintes, esse tipo de produção literária escasseou.

A voz dos militares

Sete anos depois, já no contexto do fim da guerra fria, começaria a segunda campanha da guerra da memória. Desta vez, significativamente, as vozes militares foram as mais prolixas. A nova onda - cuja vertente militante analisaremos na última parte deste artigo - foi possível sobretudo em virtude do projeto coordenado por um grupo de pesquisadores do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.²² Em seu âmbito foram publicados inicialmente três volumes (D’Araújo, Soares e Castro, 1994, 1994a; Soares, D’Araújo e Castro, 1995) que, com o recurso à metodologia da história oral,

²⁰ “Penso que o negro, o índio e o mestiço, com esporádicas exceções – e lhes destacando as virtudes afetivas – são castas de rendimentos inferiores. Não quero entrar no campo discriminatório. Meu raciocínio são emanções da realidade” (p.63).

²¹ Formado em Direito, o autor repete aqui um tema comum nas memórias militares: a admiração pela hobbesianismo vulgar. Assim, por exemplo, para o ex-presidente Ernesto Geisel: “O quadro humano é, por natureza, muito complicado. Por isso é que eu digo que o pior animal que Deus pôs no mundo foi o homem” (D’Araújo e Castro, 1997: 182).

²² Para mais informações, ver D’Araújo, Soares e Castro (1994), p.8.

deixavam falar quinze altos oficiais que estavam no início da carreira por ocasião do golpe de 1964 e ocuparam postos de relevo depois. Os livros dividiam as entrevistas em blocos que cobriam três fases sucessivas do período militar: o golpe, a repressão e a abertura. Dois depoimentos individuais do mesmo projeto foram lançados em edições separadas: o já citado *Geisel* (D'Araújo, 1997) e *Médici o depoimento* (Médici, 1995), entrevista concedida por Roberto Médici sobre seu pai, que o filho do ex-presidente publicou à parte. O esforço do CPDOC complementou-se mais recentemente com a edição de *Militares e política na Nova República*, já contendo entrevistas com oficiais que ocuparam cargos de relevo no período civil (Castro e D'Araújo, 2001).²³ Mas os projetos acima não esgotam a nova safra. Em *Militares, confissões*, o jornalista Hélio Contreiras (1998) trouxe à luz curtos depoimentos de cerca de 40 oficiais. Por fim, Ronaldo Costa Couto (1999) incluiu três depoimentos militares em *Memória viva do regime militar, Brasil: 1964-1985*, coletânea publicada em 1999, reunindo a íntegra das entrevistas que ele utilizara para escrever sua *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985* (Couto, 1999a), que chegara às livrarias um ano antes.

Evidentemente, a análise desse conjunto de depoimentos poderia ser feita de vários ângulos. Aqui preferimos manter nosso foco na mais polêmica das questões envolvidas na guerra da memória: as práticas da repressão nos anos de chumbo. Em outra ocasião, tratei especificamente da visão castrense sobre esse tema, conforme aparecia na safra de livros publicados entre 1994 e 1998.²⁴ Aqui, procurarei rever meus argumentos, ao mesmo tempo em que analiso novas versões, surgidas em textos mais recentes.

Parece claro que a decisão castrense de expor sua versão sobre a fase mais aguda da ditadura tem relação com as posições que a esquerda conquistou na guerra da memória. Ao lado disso, atuaram também nesse sentido a relativa distância histórica, a estabilidade democrática e o fim da guerra fria, que incentivaram a disposição de deixar uma versão própria à história, por parte de protagonistas que chegavam aos últimos anos de sua vida.²⁵ Nessa safra de testemunhos castrenses destaca-se naturalmente o do ex-presidente Geisel, um dos arquitetos do projeto militar da abertura e seu principal executor. Estadista autoritário e centralizador, Geisel enfrentou com decisão as resistências levantadas contra o projeto de distensão política pelos setores que tinham posto as mãos na massa durante a fase do terrorismo de Estado. Homem extremamente cioso de sua importância histórica, reviu meticulosamente a entrevista, deixando-a certamente, na sua forma final, com conteúdo que refletia em forma amadurecida sua auto-imagem como governante. Único presidente militar a deixar seu depoimento à história, Ernesto Geisel expressou-se assim sobre o aspecto mais espinhoso das políticas ditatoriais:

“Acusam muito o governo pela tortura. Não sei se houve, mas é provável que tenha existido, principalmente em São Paulo. É muito difícil para alguém como eu, que não participou nem viveu diretamente essas ações, fazer um julgamento do que foi realizado. Por outro lado, parece-me que, quando se está envolvido diretamente no problema da subversão, em plena luta, não se consegue, na generalidade dos casos, limitar a própria ação” (p.223).

²³ Para informações sobre o projeto ver Castro e D'Araújo (2001), p.7.

²⁴ Martins Filho (2000), “A memória militar sobre a tortura”.

²⁵ Ernesto Geisel, por exemplo, morreu aos 89 anos, a 19 de agosto de 1996, antes da publicação do livro que trazia o depoimento que concedeu aos pesquisadores do CPDOC. Ver o prefácio de Maria Celina D'Araújo e Celso Castro (1997), p.7-11.

Um pouco adiante, ele completa:

“Não justifico a tortura, mas acho que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e , assim, evitar um mal maior!” (p.225).

Como se vê, o ex-presidente não reconhece completamente a existência efetiva da tortura, mas deixa espaço para sua justificação, no campo hipotético.²⁶ A idéia de que a subversão explica a tortura e de que esta se constitui num fenômeno excepcional e não sistemático e organizado, aparece com frequência na visão militar. O que chocou no depoimento de Geisel foi a ousadia de justificar a tortura como recurso legítimo em certos casos.²⁷

Em parte dos depoimentos castrenses dessa nova fase, a justificativa aparece de forma eufemística, na idéia de que ambos os lados envolvidos no conflito cruzaram certos limites. Para citar apenas as entrevistas publicadas por Hélio Contreiras: o general Diogo de Oliveira Figueiredo, irmão do ex-presidente João Figueiredo, aceita que “a luta armada causou excessos de ambas as partes” (p. 97-98); o brigadeiro Octávio Moreira Lima, ministro da Aeronáutica do governo Sarney, explica que “com a luta armada, acabou havendo excessos das duas partes, com o desgaste dos que se envolveram no confronto” (p.79), enquanto para o ex-comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, brigadeiro Oswaldo Terra de Faria, “houve excessos de parte a parte” (p.92).

Alguns chefes militares avançaram uma abordagem mais direta da questão. “Houve tortura na repressão da década de 70”, disse claramente o ministro do Exército do governo Sarney, general Leônidas Pires Gonçalves (p.73), enquanto o almirante Júlio de Sá Bierrenbach, ativo participante das conspirações político-militares desde 1954, admite também que ocorreram “verdadeiros absurdos da repressão, com vários casos de tortura, espancamentos e assassinatos de cidadãos processados pela Lei de Segurança Nacional” (p.85).

Outros altos oficiais dão mais um passo, ao esboçar uma limitada autocrítica. O ministro-chefe do SNI no governo Sarney, general Ivan de Souza Mendes lembra, nesse sentido, as palavras do general Osório: “o preso desarmado é um ser humano e como tal

²⁶ Responsável pela investigação da veracidade das denúncias de tortura a militantes comunistas no Recife e em outras capitais, logo após o golpe de 1964, o ex-presidente reconhece aí pela primeira vez que “houve torturas nos primeiros dias da revolução. Um dos que foram seviciados foi um ex-sargento comunista, Gregório Bezerra” mas conclui que “na época que estivemos lá, não havia nada, não encontramos nada irregular” (p.185). A 30 de outubro de 1967, conforme revelação recente do jornalista Élio Gaspari, Geisel dizia que “possivelmente [...] ocorreram alguns casos de maus-tratos, sevícias e torturas”, embora concluísse a seguir que, depois de 10 de maio de 1964, “tinham cessado aquelas anormalidades de caráter arbitrário e desumano” (Gaspari, 2002: 146-47). Diante deste reconhecimento tardio, vale lembrar que as barbaridades cometidas contra aquele militante comunista eram um segredo de Polichinelo, uma vez que parte delas ocorreu em via pública, foi filmada e transmitida à época pela TV Jornal do Commercio de Recife (Gaspari, 2002: 132). Para uma descrição dos suplícios infligidos a Bezerra, ver o depoimento da própria vítima no capítulo 9 de suas *Memórias*: “Quando já estava todo machucado na cabeça e no baixo ventre, os dentes todos arrebatados e a roupa encharcada de sangue, despiram-me deixando com um calção esporte. Deitaram-me de barriga. (O coronel) Villoc pisou minha nuca e mandou seus grupos de bandidos sapatearem sobre meu corpo. A seguir, puseram-me numa cadeira e três sargentos seguraram-me por trás enquanto Villoc, com um alicate, ia arrancando meus cabelos. Logo depois, puseram-me de pé e obrigaram-me a pisar numa poça de ácido de bateria” (Bezerra, 1980: 196).

²⁷ Não por acaso, foi este o tema que mais chamou a atenção da imprensa por ocasião do lançamento do depoimento de Ernesto Geisel. Ver, por exemplo, "Autores de 'Geisel' vão incluir item da Carta sobre tortura", *O Estado de S.Paulo*, 29-10-1997.

deve ser tratado”. Para ele, “uma pessoa não pode dar choque elétrico num preso político e depois dizer que está recorrendo à tortura em defesa da democracia” (p.65). Por sua vez, o general Octávio Costa, secretário-geral do Exército no governo Figueiredo, aponta como equívoco básico do regime a entrega de funções policiais às Forças Armadas (p.97), opinião idêntica à do almirante Hernani Goulart Fortuna, ex-comandante da Escola Superior de Guerra (p.101). Deslocando um pouco a questão, o almirante Armando Vidigal, ex-diretor da Escola de Guerra Naval, insiste em que parte da culpa da situação dos anos 70 deve-se ao clima da Guerra Fria e às pressões dos Estados Unidos (p.99). Com o que concorda o almirante Mário César Flores, ministro da Marinha do governo Collor (p.109).

Essas visões claramente expressam uma preocupação típica dos anos 90, no clima do final da guerra fria, do avanço da globalização e da consolidação do regime civil. Nesse quadro, com distanciamento histórico da fase aguda da ditadura militar, os oficiais cujo final de carreira se deu já no regime civil parecem não ver problemas em admitir o que todo mundo já sabe. O que permanece sem alterações é a recusa a aceitar a tortura como parte integrante da política do Estado militar. Nesse sentido, apenas num caso entre os entrevistado por Contreiras toca-se na questão central: o coronel Geraldo Cavagnari aceita a existência de “práticas injustificáveis, como a tortura em sistema de repressão baseado nos DOI-CODIS, que provocou desaparecimentos e mortes de presos políticos” (p.94).²⁸

Por sua vez, uma vertente mais rara da visão militar sobre a tortura é a dos participantes diretos. Desses, o que deixou depoimento mais explícito foi o general Adir Fiúza de Castro, um dos criadores do Centro de Informações do Exército (CIE) e chefe do Centro de Operações e Defesa Interna (CODI) do Rio de Janeiro, a partir de 1972. Como vimos, em 1979, no clima de frustração por ter sido preterido na sua última chance de promoção no generalato, Fiúza de Castro concedera aos jornalistas Ana Lagôa e Henrique Lago uma primeira visão “militante” do sistema repressivo. Agora, em depoimento aos pesquisadores Maria Celina D’Araújo (1994), Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, publicado em *Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão*, o general Fiúza, com fingida sinceridade – pois fala da tortura sem admiti-la diretamente -, alude às atividades do notório centro de tortura que chefiou.

Fiúza defende que não era necessário torturar, pois o clima de pânico instalado com as prisões era suficiente para extrair as confissões:

“Normalmente, o camarada que ‘cai’, vamos usar o jargão deles e o meu também, ou seja, foi preso, entra num estado de pânico e perturbação muito forte. Só aqueles mais estruturados, mais seguros, é que mantêm o domínio de si mesmos. O restante, vamos dizer noventa por cento, a primeira coisa que faz é ter uma disenteria brutal, de escorrer pelas pernas abaixo (...). Então, o medo é um fator muito favorável ao interrogatório quando este é feito logo que o camarada caiu” (p.61-62).

Em reforço de seus argumentos descreve os métodos de introdução ao CODI:

“Para as moças, para o sexo feminino, também era dado imediatamente um *modess*, porque a primeira coisa que acontece à mulher quando ela é submetida à angústia da prisão é ficar menstruada.

²⁸ O exemplo mais extremo foi o combate à guerrilha do Araguaia. Pedro Corrêa Cabral (1993), ex-oficial da FAB arrependido de sua participação no apoio aéreo às operações do Exército no combate à guerrilha do Araguaia, relatou em *Xambioá, guerrilha no Araguaia* a eliminação metódica e indiscriminada dos militantes do Partido Comunista do Brasil presos na região. Ver também a este respeito Romualdo Pessoa Campos Filho (1997), *Guerrilha do Araguaia - a esquerda em armas*.

E fica escorrendo sangue pela perna abaixo, uma coisa muito desagradável. Em seguida tomavam um banho trocavam de roupa” (p.60)

Nesse sentido, seu depoimento surge como mais uma tentativa pouco sutil de atribuir às fraquezas dos torturados o que se extraía com uma brutal desigualdade de forças e absoluta desumanidade nos métodos. Mas a sutileza da versão está em outra parte: seu alvo principal parece ser desmontar a versão oficial de que a hierarquia militar – pela qual se considera injustiçado - não sabia do que se passava nas salas de tortura. Assim, provocado a comentar a idéia de que os comandantes ignoravam a ação dos comandados, retruca: “Não concordo! São responsáveis! Está no frontispício de todo regulamento militar: o comandante é responsável por tudo aquilo que acontece ou deixa de acontecer sob seu comando. Ele é responsável. Se não sabe, paciência. Mas devia saber” (p.73). E, em outro trecho:

“O DOI recebe ordens de operações do I Exército através da 2ª Seção. É destacamento de operações: ‘Vá lá e faça isso’. O chefe do Estado-Maior dá as ordens em nome de seu comandante. Ele é o Executivo do I Exército: dá a ordem e assume a responsabilidade perante o comandante. Então o DOI era o braço armado da ‘Inquisição’, vamos dizer assim. É isso” (p.59).

Voltamos assim à tese castrense de que o fenômeno da tortura se esgota na ocorrência de “excessos” individuais, que fugiram ao controle da hierarquia, um dos mais duradouros pilares da memória militar sobre a ditadura. Ironicamente, a força desse argumento é debilitada por um ex-responsável direto pelas torturas. Se seguirmos a lógica esboçada no trecho acima citado de sua entrevista, somos forçados a concluir que os grupos operacionais agiam sob controle dos comandos regionais, que respondiam ao Ministro de cada Força, que, por sua vez, obedecia ao presidente da República. Neste ponto, é interessante voltar ao depoimento já mencionado de Ernesto Geisel. Instado a falar da atuação de seu irmão, Orlando Geisel, que ocupou a pasta do Exército no governo Médici, o ex-presidente esclareceu:

“Não posso avaliar exatamente porque nem sei o que o CIE fez [...]. Não critico a atuação do Orlando.[...] A criação do CIE, ligado ao ministro, à semelhança do que existia na Marinha com o Cenimar, e na Aeronáutica com o Cisa, era uma maneira de subtrair as ações das diferentes Forças Armadas ao controle da Presidência da República, enquanto nós achávamos que a operação tinha que ser controlada pelo presidente, tendo como órgão informativo e de acompanhamento dessas questões o SNI. Foi dentro desse espírito que o SNI foi criado[...]” (D’Araújo e Castro, 1994: 227).

Do trecho é possível inferir que, como o SNI foi criado em junho de 1964, ou ele não funcionou na época Médici – e a responsabilidade ficou com os ministros das forças específicas -, ou sempre esteve em funcionamento a cadeia de comando, ainda que um certo grau de autonomia dos CODIS fosse funcional e pudesse criar problemas futuros, como efetivamente ocorreu no período do próprio Geisel. Como a hipótese do não funcionamento do SNI parece absurda, sobra a do isolamento do presidente Médici pelo conjunto do sistema militar, que não podemos examinar neste espaço. De um modo ou de outro, não se nega que os ministros militares estavam no comando da situação.

Talvez essa impossibilidade lógica de negar que a hierarquia funcionava numa organização fundada justamente no princípio sagrado da hierarquia, explique um dos subprodutos das manifestações castrenses mais recentes: o esforço de almirantes e brigadeiros par levantar a hipótese de que foi o Exército o maior responsável pelos aspectos

mais sombrios do regime militar do pós-64, diminuindo assim a responsabilidade política de suas forças. Na coletânea *Militares e política na Nova República*, (Castro, 2001), também organizada pelo CPDOC, o almirante Mauro César Rodrigues Pereira, ministro da Marinha no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso não hesita em atribuir o revanchismo contra os militares a atitudes tradicionais da força terrestre:

“Existem coisas que são evidentes. Algumas no sentido positivo, outras no sentido negativo. Vamos começar pelo sentido negativo. Eu era filho de oficial do Exército, mas só vim a ver a profundidade da cultura do Exército ao ler as declarações do Geisel. Vê-se ali a preocupação em se meter na política e em mandar” (p.263).²⁹

Para ele, “as missões internas nunca foram enfaticamente defendidas pela Marinha” (p.265).³⁰ Visão semelhante aparece no testemunho do brigadeiro Mauro José Miranda Gandra, ministro da Aeronáutica do governo Cardoso, até 1995:

“A verdade é a seguinte: a Marinha e principalmente a Aeronáutica, nesse processo da Revolução de 1964, foram sempre caudatárias do Exército. Uma coisa que me marcava, e acredito que também devesse marcar o povo como um todo, era a ‘troca de guarda’ dos presidentes, dos chefes do EMFA, sempre com gente do Exército. Esse ressentimento sempre houve na Aeronáutica, porque não havia um rodízio no EMFA que lhe desse aquela característica, vamos dizer, multifacetada, em termos de todas as forças, como era a idéia inicial. Politicamente, nós éramos sempre caudatários do processo” (p.294).

E, mais adiante: “O Exército tem essa passagem infeliz pelo governo. Foi um erro de estratégia manter o poder por tanto tempo, o que trouxe esse estigma para as Forças Armadas” (p.300).

Voltando à corrente militar, a permanência de uma versão que simplesmente reitera a ideologia da guerra fria e ignora por completo as mudanças da última década do século XX, é comprovada no livro de Raymundo Negrão Torres (1998), oficial do Exército atuante no setor de informações no início dos anos 70, no estado do Paraná. *Nos “porões” da ditadura* (1998) constitui-se, em sua maior parte, na reprodução de trechos do livro já citado de Brilhante Ustra. Contudo, o traço que nos interessa destacar em sua obra é a última forma assumida pela reação dos oficiais saudosistas do regime militar ao esforço de adaptação aos novos tempos, evidenciado nos depoimentos dos chefes militares ativos nos anos 90. Nesse sentido, podemos começar com o prefácio de Jarbas Passarinho:

“Este livro – diz o ex-ministro - é um testemunho que tardava, sobretudo porque as atuais autoridades militares preferem manter o passado em silêncio, como se dele fossem réus e não patriotas forçados a cumprir com o risco da própria vida o juramento de defender as instituições, contra a expansão do marxismo-leninismo” (Negrão Torres, 1998: 9).

²⁹ Para dois relatos sobre a participação da Marinha no clima da crise dos anos 50 e 60, ver Júlio de Sá Bierrenbach (1996), *1954-1964. Uma década política* e, no outro extremo, Avelino Biden Capitani (1997), *A rebelião dos marinheiros*.

³⁰ No capítulo “Tortura no Cenimar”, Avelino Capitani (1997:87-89) lembra que este órgão começou a ser pensado já em 1954, quando oficiais da Marinha foram enviados para fazer cursos nos EUA: “O programa chamava-se ‘Ponto Quatro’. Funcionava no quinto andar do prédio do Ministério da Marinha e foi uma das primeiras instituições a usar a tortura”.

Esse exemplo tardio de sobrevivência pura e simples da ideologia que fundamentou os aspectos mais trágicos do regime militar revela a frustração de oficiais marginalizados com o processo de abertura iniciado em 1974. Não por acaso, um dos alvos do livro de Negrão Torres é o que chama de mito Geisel. Quanto ao regime civil, o ex-oficial de informações considera o governo de Fernando Henrique Cardoso como a chegada do revanchismo ao poder, evidente, em sua visão, no tratamento que se deu ao caso dos desaparecidos:

“Alguns desses danos estão sendo unilateralmente compensados com indenizações pecuniárias e com reabilitações políticas de nítido sentido revanchista, promovidos pelos membros esquerdistas do governo do Sr. Fernando Henrique, com certeza mal inspiradas naquelas permitidas por Kruschew após a denúncia do crime do stalinismo” (p.96).

Em seu ataque a tudo e todos, essa vertente de livre-atiradores da guerra da memória volta-se mesmo contra os depoimentos colhidos pelo CPDOC, culpados pela “maneira visivelmente tendenciosa na formulação de certas perguntas”, o que permite concluir que “a atitude mental dos pesquisadores não seria necessariamente isenta ou imparcial na apreciação de fatos ainda tão recentes e controversos” (p.99). De resto, embora fale em “guerra suja” e “métodos inusitados”, o autor segue a tradição dos ex-membros do aparelho repressivo e prefere passar ao largo da questão da existência da tortura.³¹ Em seu livro, exemplos comprovados de assassinatos sob tortura são analisados como “supostos casos de desaparecidos”.

As memórias do esquecimento

No lado militante, a segunda fase da guerra da memória também apresentou mudanças. A fundamental foi o distanciamento histórico, num quadro de consolidação do regime civil, o que fez do ato de rememorar ou evitar o esquecimento algo já desvinculado da luta imediata contra a ditadura. Ao mesmo tempo, surgiram novas formas de memória no campo da esquerda. A partir de 1993, o sociólogo Marcelo Ridenti inaugura, com a publicação de *O fantasma da Revolução Brasileira* uma nova vertente de tratamento acadêmico da experiência da luta armada e da tortura, cujos exemplos são hoje muito numerosos para serem citados aqui, mas que na maioria vieram consolidar o retrato do autoritarismo traçado pelas memórias da esquerda. De tal modo, o regime militar paulatinamente se transforma em história e objeto de estudo. Não por acaso, aparecem agora várias biografias de personagens da esquerda armada. Em 1992, a jornalista Judith Patarra lança *Iara*, reportagem biográfica sobre a companheira de Carlos Lamarca e militante da Vanguarda Popular Revolucionária.³² Emiliano José (1998), jornalista baiano que escrevera a biografia de Lamarca, fonte para o filme homônimo de Sérgio Resende, levantou a vida do fundador da Ação Libertadora Nacional em *Marighella, o inimigo número um da ditadura militar*. Um outro gênero que expressou a passagem do tempo foram os trabalhos elaborados, no contexto da luta pela reparação do Estado às famílias dos

³¹ Como contraponto, sugerimos a leitura da obra de um ex-militante paranaense, Ildeu Manso Vieira (1998), *Memórias torturadas (e alegres) de um preso político*.

³² O tema específico da mulher militante, que contou pela primeira com um capítulo no livro de Ridenti, ganhou continuidade com a publicação, entre outros, da dissertação de Mestrado em Antropologia de autoria de Elizabeth Xavier Ferreira (1996) *Mulheres. Militância e memória*. Dois anos depois, o jornalista Luiz Maklouf Carvalho (1998) publica *Mulheres que foram à luta armada*.

mortos e desaparecidos políticos. Aqui, é preciso lembrar que, numa decisão inédita e corajosa, o presidente Fernando Henrique Cardoso editou, a 4 de dezembro de 1995, a Lei dos Desaparecidos - que reconheceu de imediato como mortos 136 desaparecidos políticos e criou uma Comissão Especial, vinculada ao Ministério da Justiça, para analisar, caso a caso, as denúncias referentes a outras mortes (Martins Filho, 2000: 105).³³ Na tradição de *Brasil Nunca Mais*, vieram à luz, nessa nova forma, trabalhos como o *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, patrocinado pelo governo do estado de Pernambuco em 1994 e republicado, em 1995, pelo governo do estado de São Paulo (Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos et alii, 1995).³⁴ Por sua vez, o deputado Nilmário Miranda (1999) e Carlos Tibúrcio, dirigente do grupo “Tortura Nunca Mais” de São Paulo, organizaram um alentado volume de 650 páginas, *Dos filhos deste solo* onde procuravam expor com riqueza de detalhes a situação dos centenas de mortos e desaparecidos políticos durante o governo militar. Ainda neste capítulo, Alípio Freire (1997), Izaías Almada e Granville Ponce editaram *Tiradentes, um presídio da ditadura*, que contava a história dos militantes que passaram por aquela instituição penal e Janaína Teles (2000) trouxe à luz a coletânea *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade*.

A análise de todas essas obras excederia o espaço deste artigo. Aqui pretendo me concentrar no gênero especificamente memorialístico. Este, por sua vez, também sofreu a ação do tempo, na medida, pelo menos, em que agora não se tratava mais de revelar segredos ansiosamente aguardados ou continuar por outros meios a luta contra uma ditadura militar ainda vigente. A verdade parece ser que, apesar das expectativas dos militares que gostariam de esquecer o assunto, em nome de um projeto institucional voltado para o futuro, o tempo de cicatrização das feridas não pode ser estabelecido por decreto. O acerto de contas pessoal com o próprio passado é evidentemente uma questão de foro íntimo e, enquanto houver sobreviventes, o tempo da lembrança pertence a cada um. Como disse certa vez Walter Benjamin,

“um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (Benjamin, 1986: 37).

Ou, como concluiu Flávio Tavares, no relato publicado em 1999, a que ele deu o título *Memórias do Esquecimento*:

“Do que contei, tentei não tirar conclusões e preferi que a narrativa concluísse por si mesma, nessas histórias que não inventei e que foram tão-só refeitas, cosidas no tempo e no espaço, numa fiação paciente e dolorosa. Vivida – não inventada -, essa história deixou marcas, cicatrizes, neuroses, patologias de alma e corpo, às vezes diagnosticáveis até no olhar das vítimas – uma mirada atormentada, medrosa e deslumbrada. Ou tímida, recolhida e encapsulada em si mesma” (p.263).

³³ A mais polêmica decisão da comissão foi a que reconheceu a responsabilidade do Exército na morte do capitão Carlos Lamarca (*Veja*, 27-5-98).

³⁴ Nesta obra, aparecem em trágicos detalhes, os instantes finais dos militantes mencionados como “supostos desaparecidos” por Negrão Torres: Joaquim Alencar Seixas, dirigente do Movimento Revolucionário Tiradentes (p.115-116) e o major Joaquim Pires Cerveira, da Frente de Libertação Nacional (p.318-19). O livro contém uma série de fotos de militantes mortos retiradas nos arquivos oficiais. A de Alencar Seixas está à p.419.

Narrativa de sobrevivente que guardou sua história por mais de duas décadas, o livro de Tavares recoloca aí não apenas a complexidade da questão da memória, mas a personagem fantasmagórica que assombra a guerra da lembrança:

“A tortura - como a ameaça – não é uma invenção a esmo e, nela, não há qualquer acaso. É um sofisticado método de incriminação da vítima e nisso está a sua lógica e, por isso, se recorre a ela e ela é a deusa absoluta dos déspotas. Primeiro se tortura ou se ameaça. Depois se interroga. A lógica é precisamente esta: destruir o prisioneiro e tornar natural o medo. O interrogatório criado pelo terror e pelo medo é que não lógica humana. O que se pode tirar de uma pessoa desfeita, sem ânimo, sem metas e sem mitos, que sentiu o gosto ou pressentiu o delírio da destruição ou da morte? O que se tira de um derrotado absoluto? Talvez algo de verdade, sim, mas muito mais a fantasia delirante sobre algum dado verdadeiro e isolado que não representa verdade alguma, muito menos uma revelação merecedora de investigação” (p.219).

A chave para a equação da memória militante e da memória militar encontra-se em outra reflexão do ex-militante:

“Fomos vítimas da ditadura sim, mas não só nós - os vitimados -, mas também eles, os construtores das vítimas. O batalhão triunfante nasceu com o medo e pelo medo. E, ao implantar o terror com ele aterrorizou-se também. A sala de torturas decidiu o triunfo e a derrota numa guerra que, praticamente, não chegou à guerra e que, assim, despojada de beligerância e inchada de violência e horror, selou nossa destruição mas desfez, também todos os valores e princípios de convivência” (p.263-64).

Uma última ilação do jornalista tornado guerrilheiro, que terminou sua existência de prisioneiro numa série de fuzilamentos falsos em solo uruguaio, onde começou a “morrer nas memórias do esquecimento” que só agora resolveu contar:

“Assim, a tortura destruiu os torturados e aniquilou, também, os torturadores ao transformá-los de combatentes militares em verdugos, tornando-lhes o mundo incompreensível” (p.264).

Com essas palavras alheias propomos terminar este artigo.

Referências bibliográficas

- ARNS, Paulo Evaristo 1985 *Brasil nunca mais*. 4ª ed. Petrópolis, Vozes.
- ARNS, Paulo Evaristo 1988 *Perfil dos atingidos - projeto Brasil: nunca mais*, Petrópolis, Vozes.
- BEZERRA, Gregório 1980 *Memórias 1946-1969*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BIERRENBACH, Júlio de Sá 1996, *1954-1964. Uma década política*, Rio de Janeiro, Domínio Público.
- CABRAL, Pedro Corrêa 1993 *Xambioá, guerrilha no Araguaia*. Rio de Janeiro, Record.
- CALDAS, Álvaro 1981 *Tirando o capuz*. Rio de Janeiro, Codecri.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa 1997, *Guerrilha do Araguaia - a esquerda em armas*, Goiânia, Centro Editorial Universidade Federal de Goiás.
- CAPITANI, Avelino Biden 1997 *A rebelião dos marinheiros*, Porto Alegre, Artes e Ofícios.
- CARVALHO, Luiz M. 1998 *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo, Editora Globo.

- CASO, Antonio 1976 *A esquerda armada no Brasil, 1967-1971*. Lisboa, Moraes Editores.
- CASTRO, Celso e Maria Celina D'Áraújo 2001 *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro, Editora da FGV.
- COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, Instituto de Estudo da Violência do Estado, IEVE e Grupo Tortura Nunca Mais 1995 *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Governo do Estado de São Paulo.
- CONTREIRAS, Hélio 1998 *Militares - confissões. Histórias secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad..
- COUTO, Ronaldo Costa 1999. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro, Record.
- COUTO, Ronaldo Costa 1999a *Memória viva do regime militar,. Brasil:1964-1985*.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro 1994 *Visões do golpe. A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro 1994a *Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- D'ARAÚJO, Maria Celina e Celso Castro 1997 *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- O ESTADO DE S.PAULO
1997 "Autores de 'Geisel' vão incluir item da Carta sobre tortura", *O Estado de S.Paulo*, 29 de outubro.
- FERREIRA, Elizabeth Xavier 1996 *Mulheres. Militância e memória*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- FOLHA DE S.PAULO
1977 "Advogado requer a soltura de Tapajós" 19 de agosto.
1977a "Procurador quer Tapajós em liberdade", 23 de agosto
1977b "Tapajós solto por ordem da 3.a Auditoria", 24 de agosto.
- FON, Antonio Carlos 1979 *Tortura. A história de repressão política no Brasil*. São Paulo, Global.
- FREI BETTO 1982 *Batismo de Sangue - Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- FREIRE, Alípio, Izaías Almada e Granville Ponce 1997 *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo. Scipione Cultural.
- GABEIRA, Fernando 2001 2^a ed. *O que é isso companheiro? Depoimento*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GASPARI, Hélio 2002 *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GIORDANI, Marco Pollo 1986 *Brasil sempre*. Porto Alegre, Tchê!.
- GORENDER, Jacob 1998 *Combate nas trevas*. 5a. ed. revista e ampliada. São Paulo, Ática.
- LAGO, Henrique e Ana Lagôa 1979 "História secreta. A repressão à guerrilha urbana no Brasil", *Folha de S.Paulo*, 28 de janeiro.
- JOSÉ, Emiliano 1997 *Carlos Marighella, o inimigo número um da ditadura*, São Paulo, Sol e Chuva.

- KONDER, Rodolfo 1977 *Cadeia para os mortos*. São Paulo, Editora Alfa-Omega.
- MARTINS FILHO, João R. 2000 “A memória militar sobre a tortura”, in Janaína Teles (org.), *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?*, São Paulo, Humanitas, p.91-98.
- MARTINS FILHO, João R. “O governo Fernando Henrique e as Forças Armadas. Um passo à frente, dois passos atrás”, *Olhar*, São Carlos, 2 (4):128-140, dezembro.
- MÉDICI, Roberto N. 1995. *Médici. O depoimento*. Rio de Janeiro, Mauad.
- MIRANDA, Nilmário e Carlos Tibúrcio 1999 *Dos filhos deste solo*. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Boitempo.
- MOVIMENTO
1979 “A tortura liberada em câmara lenta”, 1 de abril.
- OLIVA, Oswaldo Muniz 2002 *Brasil: o amanhã começa hoje*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura.
- PASSARINHO, Jarbas 1996 *Um híbrido fértil*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura.
- PASSARINHO, Jarbas 1998 “A História pelos odientos”, *O Estado de S.Paulo*, 29 de dezembro.
- PASSARINHO, Jarbas 2001 “A incoerência”, *O Estado de S.Paulo*, 20 de novembro.
- PASSARINHO, Jarbas 2002 “Réquiem em vez de ação de graças”, *O Estado de S.Paulo*, 3 de dezembro.
- PATARRA, Judith 1992 *Iara. Reportagem biográfica*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.
- PELLEGRINI, Tânia 1993 “Fato e ficção: os limites da imagem”, *Teoria & Pesquisa*, São Carlos, 5, junho, p.26-46
- PELLEGRINI, Tânia 1996 *Gavetas vazias – literatura e política nos anos 70*. Campinas/São Carlos, Mercado de Letras/Edufscar.
- RIDENTI, Marcelo 1993 *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Unesp.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon; Maria Celina D’Araújo e Celso Castro 1995 *A volta aos quartéis. A memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- SYRKIS, Alfredo 1980 *Os carbonários. Memórias da guerrilha perdida*. São Paulo, Global.
- TAPAJÓS, Renato 1977 *Em câmara lenta. Romance*. São Paulo: Alfa-Omega.
- TELES, Janaína, 2000 *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?*, São Paulo, Humanitas.
- TORRES, Raymundo Negrão 1998 *Nos “porões” da ditadura*. Porto Alegre, Expressão e Cultura.
- UCHÔA CAVALCANTI, Pedro C. 1978 et alii *Memórias do Exílio*. São Paulo, Livramento.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. 1987. *Rompendo o silêncio. Oban/Doi-Codi, 29 Set.70-23 Ja..74*. Brasília, Editerra Editorial.
- VÁRIOS AUTORES 1997 *Versões e ficções. O seqüestro da história*. São Paulo, Editora Perseu Abramo.
- VIEIRA, Ildeu Manso 1998 *Memórias torturadas (e alegres) de um preso político*. Maringá, EDUEM.